



## Senado destaca a inserção social de pessoas com Down

Homenagem em Plenário, audiência pública e exposição de arte marcaram ontem no Senado a comemoração do dia internacional da síndrome. Tônica foi o destaque às atividades realizadas pelas pessoas com a deficiência

**D**urante sessão especial que comemorou ontem o Dia Internacional da Síndrome de Down, o presidente do Senado, Renan Calheiros, garantiu apoio total a projetos voltados para melhorar as condições de vida das

pessoas com a alteração cromossômica. Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, convidados apontaram a qualidade no atendimento a essas pessoas pelo Sistema Único de Saúde e os problemas da educação inclusiva no país. **4 e 5**

Renan (E), ao lado de Romário, cumprimenta o artista com Down Lucio Piantino. Lindbergh (D), pai de uma menina com a síndrome, também participou da sessão



Pedro França/Agência Senado

Marcos Oliveira/Agência Senado



Pedro Simon (E) assiste a um dos vídeos da mostra multimídia no Congresso

### Começa exposição sobre anos da ditadura no Brasil

Foi inaugurada ontem, no Salão Negro do Congresso, a exposição *Onde a Esperança se Refugiou*, com

material histórico sobre os 50 anos do golpe militar. A mostra poderá ser visitada até 13 de abril. **7**

**Sessão celebra luta contra discriminação racial e centenário de Abdias 2**

**Comissão cria grupo de trabalho sobre a profissão de técnico em contabilidade 2**

**Debate aponta necessidade de orientar agricultor endividado 6**

**Ferraço quer mudar regras do Mercosul e estreitar laços com União Europeia 8**

**Jorge Viana recebe delegação composta por cinco senadores da Áustria 8**



Vital do Rêgo conversa com Luiz Henrique durante a reunião de ontem da Comissão de Constituição e Justiça

### Regras para reeleição poderão ser alteradas

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem exigência de renúncia do cargo executivo para candidatos à reeleição.

O projeto também impede que prefeitos já reeleitos se candidatem em outra cidade imediatamente após o segundo mandato. **3**

Com **DOWN** a **VIDA** é normal



21 de março — Dia Internacional da Síndrome de Down



A vida de quem possui Síndrome de Down parece com a das outras pessoas. A diferença é o preconceito, obstáculo ao desenvolvimento desses cidadãos. Para tornar mais natural a vida dessas pessoas, ajude a entender o Down. Saiba mais em [movimentodown.org.br](http://movimentodown.org.br)

Secom | Criação e Marketing | 2014

# Grupo estudará solução para técnicos em contabilidade

Mudança na regulamentação da profissão foi aprovada por emenda inserida em medida provisória em 2010. Prazo para inscrição de profissionais sem bacharelado em Ciências Contábeis se encerra em 2015

UM GRUPO DE trabalho com participação da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) estudará soluções para impedir o fim da profissão de técnico em contabilidade. O objetivo é reunir nesse comitê o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), associações e sindicatos que representam bacharéis e contadores de nível técnico, além de integrantes dos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Educação, conforme deliberação de audiência promovida ontem pela comissão.

Em decorrência de norma aprovada em 2010 pelo Congresso, a atividade passou a exigir formação de nível superior. A partir de 2015, os registros serão concedidos apenas para os bacharéis em Ciências Contábeis. Já os técnicos só poderão se registrar até 1º de junho de 2015, sem prejuízo para os que até lá estejam licenciados, atualmente perto de 188 mil profissionais.

A audiência foi proposta por Paulo Paim (PT-RS) e Paulo Davim (PV-RN). Paim também se mostrou preocupado com o risco de extinção da profissão e apelou para uma saída que atenda aos dois segmentos da atividade. A comissão deverá apresentar alternativas até o final de abril.

O limite de prazo para acolhimento dos pedidos de registro de técnicos foi estabelecido por meio da Lei 12.249/2010, decorrente de uma medida provisória que originalmente tratava de incentivos para infraestrutura na indústria



Extinção da atividade foi discutida em audiência conduzida por Moka (4º à esq.)

petrolífera. Segundo Luiz Sergio da Rosa Lopes, presidente da Federação dos Contabilistas nos Estados do Rio, Espírito Santo e Bahia, o dispositivo foi uma de muitas emendas inseridas na MP durante a tramitação da matéria na Câmara e que adiante foram confirmadas pelo Senado.

## Coexistência

O dispositivo passou a fazer parte da norma que regulamenta a profissão dos contadores e dos técnicos em contabilidade, o Decreto-Lei 9.295/1946. Para Lopes, esse decreto vinha regendo "harmôniosamente" os dois segmentos até a edição da nova lei.

O professor universitário e contador Marcone Hahan de Souza também defendeu a coexistência dos dois segmentos. Ele lembrou que o Brasil é um país empreendedor, havendo lugar e necessidade para bacharéis e técnicos. Disse que há pontos similares nas atividades, mas também diferenças, sendo destinadas

aos bacharéis atividades de auditoria e especialização no campo acadêmico.

Segundo Souza, sempre "pairou uma nuvem" pela extinção dos técnicos. Ele lembrou que o CFC já havia baixado uma resolução nesse sentido, mas ela foi derrubada na Justiça. A seu ver, um bom caminho seria regulamentar o nível técnico por meio da regulamentação no campo dos tecnólogos. O professor também criticou os que defendem a extinção dizendo que a formação do técnico não é adequada. Segundo ele, as provas realizadas pelo CFC já atuam como filtro, selecionando os que estejam aptos para atuar, tanto técnicos quanto bacharéis.

José Pimentel (PT-CE) também refutou a afirmação de que a mudança via medida provisória passou sem o devido debate. O senador esclareceu que qualquer nova solução não poderá nascer por meio de projeto de lei de iniciativa do Legislativo, pois a prerrogativa é do Executivo.

## Rolleberg defende regulamentação da profissão de artesão

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) pediu apoio para projetos que regulamentam a profissão de artesão. Ele lembrou que 8,5 milhões de brasileiros sobrevivem da produção artesanal, mas são explorados por falta de reconhecimento da atividade. O senador saudou as conquistas dos artesãos na legislação e as iniciativas que contribuem para o fortalecimento da economia solidária. Lamentou, porém que projetos pela regulamentação profissional tenham sido arquivados. Ele ressaltou que o Brasil perde a oportunidade de promover o artesanato na Copa do Mundo.



Moneira Moritz/Agência Senado

## Paulo Paim diz que desaposentadoria é um direito do cidadão

Em discurso na quarta-feira, Paulo Paim (PT-RS) defendeu a aprovação pelo Senado do projeto que institui a desaposentadoria no Brasil (PLS91/2010). O senador disse que a renúncia à aposentadoria é um direito do cidadão e que não vai acarretar prejuízos para a Previdência Social.

A desaposentadoria permite a renúncia à aposentadoria para recálculo do benefício, explicou Paim. Com isso, o aposentado que tiver voltado à ativa pode somar tempo de contribuição e conseguir um benefício maior, acrescentou. Alguns aposentados têm conseguido o recálculo na Justiça.



Moneira Moritz/Agência Senado

## Mozarildo quer intercalar audiências e votações em comissões

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu ontem apoio dos parlamentares ao projeto de resolução que apresentou com a finalidade de melhorar a distribuição das audiências de comissões temáticas e facilitar a análise das propostas em tramitação na Câmara e no Senado. Ele propõe que, alternadamente, uma semana seja dedicada às comissões e a outra às sessões deliberativas.

O senador lamentou, em Plenário, que o modelo atual, pelo qual são realizadas várias audiências simultâneas, impede os parlamentares de atender a todas as comissões importantes e torna impossível a tramitação rápida e eficiente dos projetos de lei que estão sendo analisados pelas duas Casas.

## Sessão especial comemora hoje o Dia contra Discriminação Racial

O Senado comemora hoje às 11h, em sessão especial, o Dia Internacional contra a Discriminação Racial. Também serão comemorados o centenário do ativista negro e senador Abdias Nascimento (1914-2011) e os 30 anos do Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro.

A sessão especial atende requerimento de Paulo Paim

(PT-RS). A data, instituída pela ONU, lembra o Massacre de Sharpeville, na África do Sul, em 1960, quando, durante manifestação pacífica, 69 pessoas morreram e 186 ficaram feridas, atingidas pela polícia do apartheid. À época, a população negra protestava contra o uso obrigatório de um cartão que indicava os locais onde era permitida a circulação.

## Projeto Quintas Femininas é retomado na sede do Interlegis

Foi retomado ontem, no Interlegis, o Projeto Quintas Femininas, promovido pela Bancada Feminina e pelas Procuradorias da Mulher no Senado e na Câmara.



Moneira Moritz/Agência Senado

Segundo Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora da Mulher no Senado, o foco deste ano é democracia e igualdade de gênero. A

senadora conclamou assembleias legislativas e câmaras de vereadores a criarem estruturas como a Procuradoria da Mulher. A coordenadora da Bancada Feminina

na Câmara, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), destacou a importância de levar aos espaços institucionais as atividades das bancadas femininas.

## Valadares comemora anúncio de campus em cidade de Sergipe

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) comemorou na quarta-feira a instalação do campus da Universidade Federal de Sergipe no município de Nossa Senhora da Glória, anunciada pelo Ministério da Educação.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Segundo o senador, o campus foi fruto de emenda dele apresentada na Comis-

são de Educação em 2007. Valadares reconheceu o esforço do governo na interiorização do ensino universitário e destacou que a medida vem ajudando

do brasileiros que não têm condições de se deslocar para os grandes centros urbanos a realizarem o sonho do diploma universitário.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Dia Internacional contra a Discriminação Racial

9h Paulo Paim e Cristovam Buarque são os primeiros oradores inscritos para a sessão não deliberativa. Às 11h, sessão especial para lembrar o Dia Internacional contra a Discriminação Racial e o centenário de nascimento de Abdias Nascimento, ex-senador e militante do movimento contra a discriminação racial.

### PRESIDÊNCIA Sessão especial

11h O senador Renan Calheiros preside sessão especial sobre Dia Internacional contra a Discriminação Racial.

### DESENVOLVIMENTO URBANO Desafios da reforma urbana

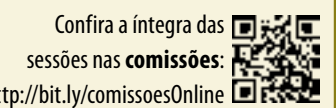
9h Diálogo sobre os desafios da reforma urbana, que faz parte do programa de trabalho da Subcomissão de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano. O debate contará com senadores, deputados, administradores e vereadores de Curitiba, além de representantes de entidades da sociedade civil. O evento será realizado na Assembleia Legislativa do Paraná.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Avança exigência de renúncia para reeleição no Executivo

Ocupantes de cargos de prefeito, governador ou presidente da República deverão renunciar caso pretendam se candidatar à reeleição. Comissão aprovou também impedimento a “prefeitos itinerantes”

DUAS PROPOSTAS DE emenda à Constituição que alteram regras eleitorais foram aprovadas ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A PEC 73/2011 torna obrigatória a renúncia dos chefes de Poder Executivo que se candidatem à reeleição seis meses antes do pleito. Já a PEC 38/2007 veda o terceiro mandato de prefeitos, o que por vezes se torna possível por meio da mudança de domicílio eleitoral ao fim do segundo mandato. Os textos seguem para o Plenário.

A exigência de afastamento consta de substitutivo do senador Luiz Henrique (PMDB-SC) à PEC 73/2011, do ex-senador Wilson Santiago. A proposta original determinava a desincompatibilização do presidente, do governador e do prefeito como condição para a candidatura à reeleição. No texto, o autor falava de afastamento do cargo em vez de renúncia. Para o relator, no entanto, a redação poderia dar margem a interpretações de que o afastamento não seria definitivo.

Luiz Henrique argumenta que, desde a instituição da reeleição, já foram realizadas eleições para presidente da República, governador e prefeito em número suficiente para permitir concluir, pela



Luiz Henrique e Raupp relataram os projetos com alterações nas regras eleitorais

experiência, que é inadequado o chefe do Executivo concorrer à reeleição sem se afastar do cargo.

Na opinião dele, “a reeleição introduziu um viés quase insuperável em favor da continuidade da administração” e a dificuldade de distinção entre os papéis de candidato e de mandatário produz um favorecimento incompatível com um processo eleitoral realmente democrático.

## Prefeitos itinerantes

A PEC 38/2007, do senador João Vicente Claudino (PTB-PI), foi aprovada com modificações propostas pelo relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO). O texto original visa impedir a prática dos chamados prefeitos itinerantes — que mudam de domicílio eleitoral no último ano do



Luiz Henrique e Raupp relataram os projetos com alterações nas regras eleitorais

segundo mandato para tentar um terceiro mandato em município vizinho.

Raupp concorda com a necessidade de norma para acabar com a prática, mas discorda da medida punitiva de perda de mandato, proposta pelo autor. O senador pondera que a mudança de domicílio eleitoral é um ato lícito e, por isso, não pode motivar a perda de um mandato.

O foco, ressalta, deve ser o veto ao terceiro mandato. Assim, ele propõe incluir parágrafo vedando o terceiro mandato consecutivo, ainda que em circunscrição diversa. O senador José Pimentel (PT-CE) propôs um acréscimo a essa redação, para deixar explícito tratar-se de proibição de terceiro mandato para o mesmo cargo. A emenda foi aprovada pela CCJ.

## Gleisi: “Consumidor não pagará mais por energia elétrica”



Pedro Franco/Agência Senado

Gleisi Hoffmann (PT-PR) criticou ontem a análise que a oposição e a imprensa fazem da situação do

sistema elétrico nacional num período crítico, em que o nível dos reservatórios está baixo.

Segundo ela, eles divulgam a falsa informação de que, por causa da escassez de chuvas, haverá racionamento e o valor da energia elétrica ao consumidor vai aumentar.

Mas, apesar da seca, garantiu, “o Brasil não corre o menor risco de racionamento ou suspensão no fornecimento de energia elétrica”. Além disso, afirmou, os consumidores não pagarão contas de luz mais caras. Ele salientou que o governo colocou em funcionamento as usinas termelétricas e investiu não só na geração, mas também na interligação do sistema elétrico nacional.

## Agripino critica gestão do governo no setor energético



Moneira Maniz/Agência Senado

O senador José Agripino (DEM-RN) criticou ontem o governo por ter de desembolsar R\$ 20 bilhões neste ano

para manter o valor das tarifas de energia. E tudo isso, disse, por motivos demagógicos e eleitoreiros. O parlamentar afirmou em Plenário que esse dinheiro poderia ser investido na construção das linhas de transmissão para levar aos consumidores a energia eólica produzida no Nordeste, evitando, assim, o risco que o país corre hoje de ter apagão.

O senador lembrou que o marco regulatório do setor elétrico, proposto pelo governo e aprovado recentemente pelo Congresso, inibe investimentos por remunerar com tarifas mais baixas novos empreendimentos e não teve os resultados previstos no que se refere à instalação de pequenas centrais.

## Para Cristovam, Brasil erra ao apostar só em potencial hídrico



Pedro Franco/Agência Senado

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse ontem que a falta de planejamento e de competência do governo é

responsável pela crise no setor de energia no Brasil, cuja economia também padece com a incapacidade de inovação e a burocracia.

— Não demos ênfase à busca de fontes alternativas, como eólica e solar. Acreditamos na inesgotabilidade do potencial hídrico. Não há incentivo à produção de painéis solares. Cometemos o erro de incentivar o consumo, quando o mundo inteiro procura reduzir.

O senador classificou o setor de “velho, arcaico, ineficiente e arriscado”. Disse que a Petrobras e a Eletrobras estão sendo manejadas com fins imediatistas, reforçando suspeitas de degradação e de manipulação de informações.

## Senadores querem Ministério Público investigando Petrobras

As denúncias sobre irregularidades na gestão da Petrobras poderão ser investigadas pelo Ministério Público Federal. Um grupo de senadores vai protocolar uma representação na Procuradoria-Geral da República, pedindo uma investigação nas contas da empresa. A decisão foi anunciada após reunião no gabinete de Pedro Simon (PMDB-RS) ontem. Além dele, participaram do encontro Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Cristovam Buarque (PDT-DF), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Ana Amélia (PP-RS).

Segundo Randolfe, o grupo deve se encontrar na terça-feira com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot. A representação citará a então ministra da Casa Civil e hoje presidente da República, Dilma Rousseff. Era ela quem, em 2006, comandava o Conselho de Administração da Petrobras, tendo concordado com a compra de uma refinaria de Pasadena, no Texas (EUA). O negócio, que viria a se completar em 2012, causou prejuízo de US\$ 1 bilhão. Randolfe não descarta a ocorrência de crime de responsabilidade e até um impeachment.

Cristovam acredita que o pedido de investigação no Ministério Público não anula

a possibilidade de uma CPI. Randolfe concorda.

— Começar a coleta de assinaturas para uma CPI é a parte mais fácil. O difícil é uma CPI, principalmente em um ano eleitoral, terminar em bom termo — disse Randolfe.

Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, a investigação política só tem sentido quando os fatos não estão sendo apurados. Jorge Viana (PT-AC) também se manifestou contra a CPI.

— Será que a campanha contra a Petrobras é por conta da proximidade da eleição?

**Randolfe não descarta a possibilidade de impeachment da presidente Dilma**

Cristovam destacou que a compra da refinaria no Texas já é alvo de investigação da Polícia Federal, Ministério Público, Tribunal de Contas da União e de uma

comissão externa da Câmara. Ele citou a queda no valor das ações da Petrobras — de R\$ 29 no início do governo Dilma para R\$ 13 — e mencionou que a Polícia Federal prendeu ontem o ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa, suspeito de lavagem de dinheiro.

Segundo Rollemberg, a Procuradoria-Geral da República tem condições de fazer uma investigação despolitizada, contribuindo para esclarecer os fatos. Ana Amélia disse que as contradições entre integrantes do governo ampliam a sensação de irregularidade.

## Casildo defende matriz energética diversificada



Pedro Franco/Agência Senado

Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu ontem planejamento de longo prazo e investimento em infraes-

trutura para amenizar a crise no setor energético. Ele criticou o fato de o Brasil ser dependente das usinas de fonte hídrica ou térmica e destacou a urgência na diversificação da matriz. Segundo ele, a falta de investimentos no setor faz com que haja um aumento dos gastos públicos e das tarifas das contas de energia dos consumidores.

— Infelizmente, ao longo dos anos, demos costas à nossa capacidade ainda maior: a de operação de energia eólica. É fundamental nos prepararmos para o campo da energias eólica e solar.

Casildo também defendeu a instalação de uma refinaria de petróleo em Santa Catarina.

## Compra de refinaria tem que ser investigada com isenção, diz Rollemberg

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) exigiu profundidade e isenção na investigação da compra, pela Petrobras, de uma refinaria obsoleta em Pasadena, nos Estados Unidos. O negócio resultou em grande prejuízo, e o senador disse esperar que a presidente da estatal, Graça Foster, explique ao Senado como foi calculado o valor da refinaria.

O senador apoiou iniciativa de representação na Procuradoria-Geral da República para investigação. O negócio, para ele, revela o fracasso da política energética do governo e põe em dúvida a capacidade gerencial da presidente Dilma Rousseff, que, em 2006, presidia o Conselho de Administração da Petrobras.

O senador manifestou preocupação com a perda de valor de mercado da Petrobras. Ele observou que as ações da estatal caíram 34% em 12 meses e a empresa — que estava entre as dez maiores do mundo — caiu para a 121ª posição.

Ontem, em sessão especial em Plenário e em audiência sobre o tema na Comissão de Direitos humanos, senadores e convidados assinalaram a capacidade de estudar, trabalhar e se relacionar das pessoas com a síndrome, desde que superados os preconceitos que ainda cercam a alteração genética

# Senado apoia inserção de pessoa com síndrome de Down

CURSAR FACULDADE, TRABALHAR, praticar esportes e manifestar suas impressões do mundo por meio da arte são algumas atividades de que as pessoas com síndrome de Down são capazes.

A tônica da sessão especial promovida pelo Senado para marcar o Dia Internacional da Síndrome de Down, comemorado em 21 de março, foi dar visibilidade à luta pela inserção social das pessoas com deficiência.

— Felizmente, hoje verificamos que a síndrome, antes estigmatizada, pode e deve ser encarada como uma particularidade na vida das pessoas, fato esse que não as impede de ter uma rotina produtiva, saudável — assinalou o presidente do Senado, Renan Calheiros.

O senador garantiu apoio total a projetos voltados para melhorar as condições de vida das pessoas com deficiência. Ele citou, por exemplo, o PLS 110/2012, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que permite a dedução em dobro, da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física, de encargo por dependente com síndrome de Down.

A sessão foi aberta com a execução do Hino Nacional e contou com uma apresentação do Coral do Senado, que interpretou as canções *Amor I Love You*, de Marisa Monte e Carlinhos Brown; e *Fica mais um pouco, amor*, de Adoniran Barbosa.

A solenidade foi acompanhada por parlamentares e representantes do Movimento Down e de



Ariel Goldenberg (E), um dos protagonistas do filme *Colegas*, cuja temática é a síndrome de Down, discursa na sessão especial que celebrou o dia internacional, 21 de março

outras entidades ligadas ao tema. Também estiveram presentes os três protagonistas do filme *Colegas*, de Marcelo Galvão: Ariel Goldenberg (Stallone), Rita Pokk (Aninha) e Breno Viola (Márcio); o diretor da obra e outros profissionais da produção. Eles descreveram a experiência vivida nas gravações do longa-metragem e comentaram a repercussão do filme, que mostra três jovens amigos com síndrome de Down, apaixonados por cinema, que resolvem fugir do instituto no qual viviam em busca de sonhos.

— Nós queremos mostrar para a sociedade que nós somos capazes. Eu participei do filme porque ele mostra que temos capacidade de fazer tudo

na vida — disse Breno Viola. Pai de Beatriz, de 3 anos, que tem síndrome de Down, o senador Lindbergh Farias (PT-RR) disse que os atores do filme são um exemplo de superação e demonstram que as pessoas com esse tipo de deficiência podem ter autonomia e independência.

— Ver o que o Breno Viola é capaz de fazer é um grande estímulo. Ele tem autonomia, construiu essa autonomia e é isso que queremos para os nossos filhos. Que eles possam ser estimulados para ter uma vida independente e autônoma — declarou.

O deputado Romário (PSB-RJ) é pai de Ivy, de 9 anos, que também tem a trissomia no cromossomo 21. Essa alteração genética

gera um cromossomo extra no DNA do indivíduo, afetando o desenvolvimento e determinando algumas características peculiares físicas e cognitivas.

Entretanto, observou Romário, a síndrome de Down não é uma deficiência mental severa e seu portador pode ter um desenvolvimento intelectual considerável em várias áreas do conhecimento. Romário afirmou que tem aprendido muito com a filha.

— A Ivy me fez ver muitas coisas que eu não conseguia ver, que estavam na minha frente — disse.

Na opinião do deputado, a cada ano que os parlamentares se reúnem para comemorar a data e debater sobre esse tema, “vamos ter, por mais que seja

lenta, uma melhora, principalmente na qualidade de vida dessas pessoas”.

— Muitas pessoas com síndrome de Down já ingressaram em universidades, no mercado de trabalho e praticam esportes. Isso é um ganho muito positivo — acrescentou.

## Exposição

Após a sessão especial, foi aberta oficialmente a exposição *Lucio, Arreiro, Artista, Lúcido Pintor*, de Lucio Piantino, jovem artista brasileiro com Down. A mostra pode ser visitada no Salão Branco do Congresso, mais conhecido como Chapeliaria, até hoje.

Segundo Wellington Dias



Renan acompanha o artista brasileiro com Down Lucio Piantino na abertura da exposição *Lucio, Arreiro, Artista, Lúcido Pintor*

(PT-PI), o preconceito em relação às pessoas com deficiência vem sendo superado. Ele afirmou que a palavra de ordem para garantir o pleno desenvolvimento de pessoas com síndrome de Down e outros tipos de necessidades especiais é “oportunidade”.

— O que vimos com a exposição do Lucio, com os que atuam no cinema ou nas artes, com a sua presença, cada vez maior, nas universidades, no mundo do trabalho, é que temos que ter o compromisso de abrir cada vez mais oportunidades. Acabar com o preconceito — disse.

Instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) a partir de 2006, o Dia Internacional da Síndrome de Down

é celebrado em 21 de março no Brasil e em mais 40 países. A comemoração foi proposta pela Associação Internacional da Síndrome de Down.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a cada 800 partos nasce uma criança com a síndrome.

No Brasil, estima-se que essa alteração genética seja registrada em cerca de 8 mil bebês por ano. Entretanto, ainda é grande a dificuldade de acesso a informações, profissionais e aparatos necessários para o pleno desenvolvimento das crianças nessa condição.

A denominação da síndrome vem do sobrenome do médico inglês John Langdon Down, que,

em 1866, fez as primeiras observações detalhadas sobre esse grupo de pessoas na sociedade, o que abriu espaço para estudo e tratamento.

A síndrome de Down não é uma doença. É uma ocorrência genética natural que acontece na gestação durante a divisão das células do embrião.

Devido a uma separação incomum dos cromossomos 21 herdados dos pais, por razões ainda desconhecidas, as crianças nascem dotadas de três cromossomos (trissomia) 21, e não dois, como o habitual. Por causa disso, a data escolhida para o Dia Internacional da Síndrome de Down foi o dia 21 do terceiro mês do ano.

— Técnicos advertem que, apesar de o PVC não ser propagador de chamas, em caso de incêndio, a fumaça é altamente tóxica.

## Audiência aponta avanços nas políticas públicas de saúde e falhas na educação

Os avanços e as falhas em políticas públicas destinadas a pessoas com síndrome de Down foram tema de debate na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Entre os avanços, o mais destacado foi o atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às pessoas com a síndrome, considerado o melhor do mundo. Já a educação ainda deixa muito a desejar, segundo os convidados. A audiência, requirida pela presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), foi presidida por Paulo Paim (PT-RS).

De acordo com o médico pediatra e doutor em Farmácia Zan Mustacchi, oportunidade é a palavra-chave para o desenvolvimento das pessoas com síndrome de Down. Segundo Mustacchi, a população com a alteração genética está aumentando no país, porque as mulheres estão tendo filhos com idades mais avançadas. Se na década de 1990 havia cerca de 300 mil brasileiros com a síndrome, em 2014 há 432

mil. No entanto, a expectativa de vida dessas pessoas tem crescido. Na década de 1950, era de 15 anos e atualmente está entre 60 e 70 anos de idade.

Para Elizabeth Tunes, professora da Universidade de Brasília (UnB), ainda há muito preconceito na sociedade e nas escolas devido à padronização do currículo e do ritmo de ensino.

— Por favor, pensem numa legislação que assegure uma escola democrática verdadeiramente. Uma escola em que o jovem estudante é atendido naquilo que é o interesse e a necessidade dele, e não naquilo que a universidade definiu que tem de ser para passar no vestibular. Isso é um absurdo, é manter os mecanismos da exclusão social — disse.

Na opinião de Lurdinha Dagnezy, fundadora da Associação Mães em Movimento e uma das autoras do livro *Cadê a Síndrome de Down que Estava Aqui? O Gato Comeu*, é preciso repensar a postura em relação à diferença biológica das pessoas.

— A partir do momento em que a gente repensa essa postura e começa a olhar para as pessoas

com possibilidades de desenvolvimento tão possíveis quanto as que não têm diagnóstico de síndrome de Down, essa pessoa tem uma possibilidade muito maior de ter um desenvolvimento — afirmou.

O filho de Lurdinha, o artista Lucio Piantino, que tem a síndrome, só ficou na escola até completar o ensino fundamental porque a família não aguentou o preconceito. Mãe de uma jovem com Down, Helvia Flora Rodrigues confirmou que o preconceito e a falta de preparação das escolas traz sofrimento.

— Desde que Sofia nasceu, e ela está com 14 anos hoje, as reclamações são diárias e não mudam. Podem mudar as leis, mas a conduta das pessoas não muda — relatou.

A servidora do Senado Tatiana Mares Guia contou que tem um filho com síndrome de Down e outro com uma deficiência ainda sem diagnóstico. Para ela, as escolas não podem mais adotar

o discurso de que não estão preparadas.

— Quem não se preparou que se prepare, porque os números estão provando que a deficiência existe e não vai diminuir — disse.

Presente na audiência, Eliana Mârz, mãe de Helena, uma menina de 12 anos com síndrome de Down, exibiu as medalhas obtidas pela filha em competições de ginástica artística. Eliana lamentou o fato de a Justiça de São Paulo ter dado a guarda de Helena ao ex-marido, que mora na Alemanha e do qual ela se separou por sofrer violência doméstica e por constatar que ele cometia abuso sexual contra a filha.

Eliana disse que é preciso mudar a aplicação da Convenção de Haia, utilizada pelo juiz que deu a guarda da criança ao pai. A convenção, da qual o Brasil é signatário desde 2000, diz que a criança tem de ir para o lugar onde ela estava quando o processo é iniciado.

## Paulo Paim defende participação nas empresas no processo de inclusão

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

De acordo com o senador, empresários que rejeitam a ideia de contratar pessoas com deficiência se baseiam em mitos, como o de que quem tem deficiência intelectual não consegue trabalhar bem ou se relacionar com outras pessoas.

Na opinião do parlamentar, a contratação dessas pessoas traz ganhos para todos, inclusive para as empresas.

— As empresas também ganham, pois sabe-se que a relação entre os empregados melhora sensivelmente quando a diversidade é incorporada na política da empresa — afirmou o senador.

Paim lembrou também que a inclusão traz ganhos para a imagem das instituições.

## Lúcia Vânia quer mais empenho de todos em favor das pessoas com a síndrome

Ao saudar o Dia da Síndrome de Down, Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou que o país vem avançando no processo de integração e respeito aos que têm a anomalia.

A senadora advertiu, no entanto, que a situação desses brasileiros demanda maior empenho por parte da sociedade, até mesmo do Congresso Nacional. Por isso, salientou o fato de o Senado já ter aprovado o projeto de autoria dela sobre equoterapia — tratamento que utiliza o cavalo para ajudar na reabilitação de pessoas com deficiência.

— No Dia Internacional da Síndrome de Down, devemos reiterar que os brasileiros especiais precisam cada vez mais do nosso apoio para que possam ser inseridos na sociedade, sem preconceitos.

## Construtoras poderão ter que adaptar imóveis para deficientes

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto de lei (PLS 145/2012) de Ana Rita (PT-ES) que obriga as construtoras a adaptarem imóveis



Ao recomendar a aprovação da proposta, a relatora, Ângela Portela (PT-RR, foto), avaliou a medida como perfeitamente exequível e ressaltou ainda que a nova

norma vai aperfeiçoar a atual legislação, que já estabelece a reserva de um percentual mínimo do total das habitações para atender a demanda de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A proposta segue, agora, para votação final na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Se aprovada e não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, poderá seguir para a Câmara dos Deputados.

## Ana Amélia cobra dos estados maior rigor em exames de recém-nascidos

Os estados precisam concluir todas as etapas do Programa Nacional de Triagem Neonatal, do Ministério da Saúde, disse ontem Ana Amélia (PP-RS). Ela lamentou o fato de várias administrações estaduais, principalmente no Norte e no Nordeste, terem dificuldades de avançar no programa, enquanto locais, como o Distrito Federal, já fazem o diagnóstico de mais de 50 doenças em um recém-nascido.



A senadora lembrou que o teste do pezinho, realizado entre o terceiro e o sétimo dia de vida, é fundamental para o tratamento de diversas doenças hereditárias. Ela pediu às autoridades públicas de saúde que agilizem os processos para que mais bebês tenham expectativa de vida alongada com diagnósticos antecipados.

## Jayme Campos denuncia o perigo de creches feitas com PVC

Milhares de crianças correm perigo com a construção de 3 mil creches pré-moldadas com placas de PVC, disse Jayme Campos (DEM-MT).

Segundo ele, o governo escolheu esse tipo de edificação para entregar 6 mil creches até o fim do mandato da presidente Dilma Rousseff.

Ao citar reportagem da revista *IstoÉ*, o senador disse que não foram feitos testes sobre a qualidade dos prédios.



— Técnicos advertem que, apesar de o PVC não ser propagador de chamas, em caso de incêndio, a fumaça é altamente tóxica.

Jayme afirmou que o Tribunal de Contas da União questionou a concorrência que dividiu entre apenas duas empresas paranaenses R\$ 455 milhões para erguer as creches em todos os estados.

— Precisamos resgatar valores fundamentais sobre os quais devemos erguer a sociedade.

## Cícero pede mais fiscalização contra fraudes em suplementos alimentares

Cícero Lucena (PSDB-PB) saudou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que, em fevereiro, anunciou a retirada do mercado de 20 lotes de suplementos alimentares para atletas. Para ele, a medida é desdobramento da discussão no Senado sobre fraudes na rotulagem dos produtos.

— É preciso que um marco

regulatório seja implantado em defesa da saúde de tantas pessoas, que podem estar sendo intoxicadas ou envenenadas. Cícero lembrou que, em 2013, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) discutiu denúncias de fraudes em suplementos alimentares à base de proteína, reforçando a convicção de que é necessária a regulamentação.



Crianças participam da solenidade no Plenário do Senado: debate na CDH apontou que preconceito nas escolas ainda é grande

# Cícero cobra orientação para agricultor endividado

Em audiência pública na Comissão de Agricultura, senador disse que as medidas adotadas para ajudar pequenos produtores afetados pela seca, além de insuficientes, não estão chegando a todos os beneficiários

O SENADOR CÍCERO Lucena (PSDB-PB) cobrou do Banco do Nordeste do Brasil e do Banco do Brasil um melhor esclarecimento aos agricultores nordestinos que podem se beneficiar de descontos e outras medidas favoráveis à renegociação de dívidas agrícolas. Ele presidiu audiência pública sobre o tema ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Segundo o parlamentar, as medidas adotadas para ajudar pequenos produtores afetados pela seca, além de insuficientes, não estão chegando a todos os possíveis beneficiários. — Os agricultores querem pagar. Eles vendem uma vaca, um bode e querem pagar. O que precisa é que sejam devidamente esclarecidos, pois são pessoas simples, que ainda não têm a informação — disse.

Para os agricultores que tomaram crédito do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) e perderam a produção devido à seca dos últimos três anos, os descontos



Cícero (2º à esq.) dirige a audiência sobre o endividamento dos agricultores

chegam a 80% do montante financiado, segundo explicou João Pinto Rabelo Júnior, secretário-adjunto de Política Agrícola do Ministério da Fazenda.

— Os produtores têm até 31 de dezembro de 2014 para essa opção. Então, este é o momento para procurar os bancos e fazer a renegociação — frisou.

Ele explicou ainda que estão sendo renegociadas dívidas mais antigas, contraídas até 2006, e que estão suspensas as execuções por inadimplência. José Maria Vilar da Silva, supe-

rintendente do Banco do Nordeste na Paraíba, contou que a instituição tem usado os meios de comunicação e contatos com entidades representativas dos agricultores para divulgar as condições para repactuar as dívidas. Mesmo assim, ele pediu ajuda do Congresso para ampliar a disseminação das informações.

Ao fim do debate, Cícero Lucena disse que as dívidas preocupam muito os pequenos produtores nordestinos e pediu aos bancos que os atendam com mais humanidade.

## Kátia Abreu comemora licitação de obra que viabilizará hidrovía

A senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) comemorou a assinatura, ontem, pela presidente Dilma Rousseff, em Marabá (PA), da ordem para publicação do edital de licitação para o derrocamento do Pedral do Lourenço. A obra é considerada fundamental para que possa ter início o funcionamento da Hidrovía Araguaia-Tocantins.

Na avaliação da parlamentar, o transporte de cargas na Hidrovía Araguaia-Tocantins vai representar um enorme avanço na infraestrutura de transportes da Região Norte, melhorando consideravelmente as condições de escoamento da produção agrícola. Ela ressaltou a grande economia que será feita com gastos em frete no transporte da safra de grãos.

— Só o Tocantins espera essa oportunidade há 15 anos — disse a senadora, acrescentando que, nos quase oito anos em que atua no Senado, lutou diariamente pelo modal.



Moreira Moriz/Agência Senado

## Suplicy apoia fim de testes de cosméticos em animais

A proposta de cientistas que recomendam que o Brasil proíba testes de cosméticos em animais foi defendida por Eduardo Suplicy (PT-SP).

O senador lembrou que a recomendação da Humane Society International (HSI), feita em setembro de 2013, está sendo discutida esta semana em reuniões do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea).

A proposta é apoiada por diversos defensores dos direitos dos animais. Suplicy ressaltou que testes da toxicidade de cosméticos causam muito sofrimento para coelhos e roedores e já são proibidos em toda a União Europeia, Israel e Índia, por meio de uma política de inovação responsável.

— As empresas podem inovar usando os melhores dos ingredientes já existentes com o histórico de uso seguro e recorrendo a métodos alternativos — explicou.

## Cassol elogia decisão judicial de construir estrada em Rondônia

Ivo Cassol (PP-RO) comemorou ontem decisão da Justiça que permite a construção de uma estrada para dar acesso aos municípios de Nova Ma-



more e Guajará-Mirim, em Rondônia, isolados por causa da cheia do Rio Madeira. Ele lembrou que o rio está 19,20 metros acima do normal.

O senador pediu ao governo federal para garantir a recuperação das cidades afetadas pela enchente assim que baixarem as águas. — Eu reforço ao ministro da Integração, ao secretário nacional de Defesa Civil que os recursos que vão ser liberados após as enchentes não demorem.

## Anibal Diniz destaca limpeza após enchente do Rio Acre

Anibal Diniz (PT-AC) destacou a importância do serviço de limpeza das áreas alagadas no Acre antes de as famílias retornarem aos lares.



Rio Branco considerou seguro o retorno das famílias.

Para o senador, a limpeza é essencial para reduzir a possibilidade da transmissão das doenças leptospi-

rose e hepatite A. Ele lembrou que mais de mil famílias ficaram desabrigadas com a enchente do Rio Acre, mas, com a redução do nível do rio, a Prefeitura de

Somente com uma ação eficaz de desinfecção das vias públicas, quintais e casas é possível fazer a prevenção.

## Jorge Viana alerta para cheia e risco de desabastecimento

Jorge Viana (PT-AC) alertou ontem para o agravamento da enchente do Rio Madeira, que tem dificultado o transporte de mercadorias para o estado. Ele destacou entendimento com o Ministério dos Transportes, que vai providenciar travessias de balsa da rodovia BR-364, de modo a diminuir o desabastecimento do Acre.

O senador mostrou fotos de

caminhões dividindo espaço com barcos na estrada.

— Isso não pode seguir acontecendo. Tem que ter o Exército, tem que ter equipamentos, guinchos seguindo para que não haja o sacrifício dos caminhoneiros.

Ele destacou o esforço da presidente Dilma Rousseff, que visitou a região e viu o drama de famílias atingidas.

## Senador defende reajuste para os “soldados da borracha”

A proposta de emenda à Constituição que reajusta os valores pagos aos “soldados da borracha” — brasileiros que foram levados à Amazônia durante a 2ª Guerra Mundial para trabalhar em seringais e fornecer borracha à indústria bélica — foi defendida por Jorge Viana (PT-AC). Ele disse que o relatório de Anibal Diniz (PT-AC) estabelece que o valor passará para

R\$ 3.789, reajustáveis pelo mesmo índice de correção dos benefícios de prestação continuada pagos pela Previdência Social. Além disso, há uma compensação em parcela única, de R\$ 25 mil.

Pelas regras atuais, o benefício equivale a dois salários mínimos, enquanto os pracinhas que combateram na guerra recebem seis salários mínimos, disse Viana.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Ângela Portela  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:**  
 Magno Malta, Jayme Campos,  
 João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral:** Helder Rebouças  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich  
**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos  
**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção  
**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Até 13 de abril, exposição *Onde a Esperança se Refugiou* apresenta no Congresso material histórico sobre o período de fim das liberdades democráticas a partir de 1964



Na cerimônia de inauguração, Cristovam, Suplicy, Renan, Jair Krischke, Simon, Casildo, Randolfe e João Vicente Goulart

## Senado lança mostra sobre os 50 anos do golpe militar

AO INAUGURAR ONTEM, no Salão Negro do Congresso, a exposição *Onde a Esperança se Refugiou*, sobre os 50 anos do golpe militar, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que “tão importante quanto lembrar é não esquecer” o período de supressão de liberdades inaugurado com a chegada dos militares ao poder, em 1964. A exposição está aberta para visita até 13 de abril, das 9h às 17h.

Renan disse considerar que o Brasil ainda não conseguiu fazer inteira justiça àqueles que sofreram, entre outras perdas, a da livre manifestação do pensamento. Ele disse que, num regime democrático, eventuais abusos na liberdade de expressão só podem ser coibidos pelo Judiciário. Lembrando que a Justiça tem cumprido esse papel, o senador afirmou que a sociedade precisa continuar vigilante e, na medida do possível, buscar reparação para os excessos.

Entre as providências que o Senado adotou para ajudar o país a resgatar injustiças cometidas, ele lembrou a devolução de mandatos de senadores cassados pelo regime militar, assim como a anulação da sessão plenária de 1º de abril de 1964, quando o cargo de presidente da República foi declarado vago, num momento em que João Goulart — também conhecido como Jango — ainda se encontrava em solo brasileiro.

### Carta aos EUA

Ainda ontem, Renan confirmou que assinará carta endereçada ao presidente do Senado dos Estados Unidos solicitando o acesso do Brasil a documentos que podem esclarecer fatos relacionados ao golpe militar de 1964. Esse foi um pedido a ele apresentado por João Vicente Goulart, filho de Jango.

— Tenho certeza de que as autoridades americanas terão

sensibilidade para cooperar com o Brasil. É importante lembrar e discutir os anos de exceção que o Brasil viveu — afirmou Renan.

Na inauguração da exposição — uma iniciativa de Pedro Simon (PMDB-RS), do Movimento de Justiça e Direitos Humanos e do Senado —, o Congresso homenageou em especial João Vicente Goulart e a família do presidente retirado do poder.

Participaram da solenidade a diretora da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Amarilis Tavares; o presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Jair Krischke; e João Vicente Goulart.

Além de Simon, compareceram os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Ana Amélia (PP-RS), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Ruben Figueiró (PSDB-MS), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

## Visitantes podem ver rostos de 366 vítimas da ditadura no Brasil

A exposição *Onde a Esperança se Refugiou* é multimídia. Organizada e dividida em cinco eixos temáticos, abriga a memória daqueles tempos com um acervo de mais de 2 mil fotos, incluindo o rosto de 366 vítimas da ditadura no Brasil. Com minucioso trabalho de pesquisa, o material foi recolhido no acervo documental do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, no Arquivo Público do Estado de São Paulo e em vários arquivos de Buenos Aires que reúnem documentos de toda a América Latina.

A mostra foi inaugurada em abril do ano passado em Porto Alegre, alcançando sucesso de público e de crítica. Em Brasília, deve atrair turistas que visitam o Distrito Federal e a sede do Parlamento, além de jovens e estudantes interessados na apresentação, de forma organizada e didática, dos detalhes e circunstâncias de regimes políticos que disseminaram abusos e violências no Cone Sul, pela vala comum da ditadura. O trabalho destaca especialmente o regime militar brasileiro, implantado no Brasil há 50 anos.

Autor da iniciativa que levou o Senado a inaugurar a exposição, Simon fez um emocionado discurso durante a abertura do evento. Pediu aos jovens que não esqueçam aquele momento histórico e que, olhando o que aconteceu no período da ditadura, construam

um novo amanhã para o país.

— Aqui não estamos festejando nada. Estamos parando para lembrar o desvio que o Brasil teve em 21 anos, até a retomada da democracia — disse o senador, homenageando, conforme explicou, especialmente os que nunca deixaram de lutar em favor da abertura democrática.

Afirmado que o Senado pagou um preço alto nesses 50 anos que se seguiram ao golpe, Simon fez uma alusão aos que, ainda hoje, defendem aquele regime. Ele pediu que a sociedade mantenha-se preparada, “com a mente fria”, a fim de que nunca mais

o país enfrente semelhante retrocesso.

O parlamentar lembrou que, junto com outros senadores, está trazendo ao exame do Senado as reformas de base

propostas por João Goulart. Trata-se de um conjunto de mudanças de caráter nacionalista, disse Simon, que o então presidente pretendia implantar no Brasil e cujo anúncio serviu para acelerar o golpe militar de 1964.

Simon lastimou “o penoso negócio” no qual a Petrobras, com prejuízo superior a US\$ 1 bilhão, comprou uma refinaria em Pasadena, no estado norte-americano do Texas. Ele criticou a presidente Dilma por ter sido a primeira a assinar o negócio, quando era ministra-chefe da Casa Civil e comandava o Conselho de Administração da estatal.

**Simon pede aos jovens que vejam a história para construir um novo amanhã**

### Lindbergh Farias defende proposta de reformulação da polícia



Em discurso no Plenário ontem, Lindbergh Farias (PT-RJ) defendeu a aprovação de proposta de emenda à

Constituição (PEC 51/2013) de autoria dele que prevê a reformulação do sistema de segurança pública e do modelo de polícia adotado pelo Brasil. A proposta estabelece a desmilitarização da polícia.

— A segurança pública do país é ineficiente, anacrônica, convive com padrões inaceitáveis de violência. Violência que se volta contra a população, mas, é preciso ressaltar, também contra os próprios policiais — disse o senador.

### Ana Rita condena violência de policiais contra professores



Ana Rita (PT-ES) manifestou na quarta-feira indignação com a violência policial contra os professores do Espírito

Santo que se manifestavam na segunda-feira. A senadora contou que a polícia usou gás lacrimogêneo e spray de pimenta contra os manifestantes.

Ana Rita disse apoiar as reivindicações dos professores capixabas. Eles pedem mais investimento em educação e querem que os R\$ 1.697 mensais que recebem atualmente como piso para a jornada de 40 horas sejam pagos pela jornada de 25 horas, explicou a parlamentar.

### Randolfe critica despreparo da polícia fluminense



Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) lamentou, na quarta-feira, a morte de Cláudia Silva Ferreira, de 38 anos, ocorrida

no domingo, no Rio de Janeiro. Na avaliação do senador, a Polícia Militar do Rio de Janeiro se mostrou despreparada. Ele criticou o fato de os policiais envolvidos no caso terem mais de 60 ações que resultaram em morte. Randolfe disse que a polícia tem se preparado apenas com a óptica de criminalizar, tendo como foco os mais pobres.

— Estão na favela, são pretos, são pobres, são iguais a criminosos — disse o senador.

### Mozarildo pede apoio à criação de colégio militar em Roraima



Ao registrar na quarta-feira os 92 anos da Escola Estadual São José, em Boa Vista, Mozarildo Cavalcanti (PTB-

RR) salientou o caráter prioritário da educação para o desenvolvimento nacional e registrou a revolução que as novas instituições de ensino têm exercido em Roraima.

O senador lamentou que o projeto de autoria dele que autoriza a criação de um colégio militar em Roraima esteja sem tramitação na Câmara. Ele manifestou solidariedade à demanda do Pará, que também espera a instalação de um colégio militar.

### Ruben Figueiró afirma ser inadiável combate à violência



Ruben Figueiró (PSDB-MS) disse ser inadiável o combate à violência pelos governos federal, estaduais e

municipais. O senador citou relatório do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos apontando que, de 1980 a 2011, o número de jovens assassinados cresceu 326%, contra aumento da população de 62%. Ele propôs aumento da pena para crime de extorsão de dentro dos presídios.

— É um golpe, com requintes de crueldade, pois submete a vítima ao sofrimento de imaginar um ente querido em poder de criminosos — disse.

Presidente da Comissão de Relações Exteriores adverte que o bloco econômico do qual o Brasil faz parte pode ficar isolado no mundo se não fechar um acordo de livre comércio com a União Europeia

José Cruz/Agência Senado



Em reunião na comissão, Ferraço reconhece conquistas do Mercosul, mas aponta sinais de desgaste e falta de perspectivas

## Ferraço propõe flexibilizar as normas do Mercosul

ÀS VÉSPERAS DE mais uma reunião em Bruxelas, na Bélgica, sobre o comércio entre Mercosul e União Europeia, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), alertou para o risco de o bloco econômico latino-americano ficar isolado no mundo, caso não chegue a um acordo de livre comércio. Ele defendeu a busca de um acordo direto entre o Brasil e a União Europeia.

— O Brasil precisa estar aberto a liderar um processo de flexibilização de normas que impedem os Estados de negociar acordos com terceiros países. Se nossa presença no Mercosul continua a ser um obstáculo a um acordo com a União Europeia, creio

ser chegada a hora de pensar pragmaticamente em outras alternativas — afirmou Ferraço, lembrando que Uruguai e Paraguai têm manifestado interesse na flexibilidade.

Na CRE, Ferraço reconheceu conquistas do Mercosul, como o aumento do comércio dentro do bloco de US\$ 4,5 bilhões, em 1991, para US\$ 59 bilhões, em 2013. Ele informou que o Brasil teve um superávit de US\$ 46 bilhões nos últimos dez anos com os demais países do bloco, aos quais exporta principalmente produtos manufaturados, mas ressaltou que o Mercosul “emite sinais de desgaste, isolamento e falta de perspectivas”. Na última década, exemplificou, foram assinados 350 acordos bilaterais

de comércio em todo o mundo, enquanto o Mercosul firmou apenas três — com Israel, Egito e Autoridade Palestina.

Francisco Dornelles (PP-RJ) recordou que a Argentina — principal sócia do Brasil no Mercosul — é o terceiro mercado para produtos brasileiros. Ele alertou para os riscos de uma flexibilização das normas do Mercosul, que só permitem acordos conjuntos com terceiros países ou blocos comerciais. Caso fosse firmado um acordo automotivo entre a Argentina e os Estados Unidos, disse, a indústria nacional poderia ser prejudicada.

— O Brasil não pode tomar nenhuma medida que resulte no enfraquecimento do Mercosul — disse o senador.

### Crise política na Venezuela será discutida em audiência pública

A crise na Venezuela será tema de audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Requerimento nesse sentido, do presidente do colegiado, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), foi aprovado ontem.

Deverão ser convidados o embaixador brasileiro em Caracas, Ruy Carlos Pereira, o assessor especial da Presidência da República Marco Aurélio Garcia e o professor da Universidade de São Paulo (USP) Demétrio Magnoli.

Ao sugerir o debate, o senador observou que Brasil e Venezuela compartilham cerca de 2 mil quilômetros de fronteira.

Ele ressaltou ainda que a Venezuela é o mais novo integrante do Mercosul e tem enfrentado uma onda de protestos. Desde o início das manifestações, em fevereiro, pelo menos 29 pessoas já morreram, disse.

— Verificamos a degradação da situação econômica e cambial naquele país, que tem provocado escassez de produtos essenciais, além de outras demandas legítimas da sociedade venezuelana, que reclama da onda de criminalidade, da inflação de 56% ao ano, da atuação de milícias contra os opositores e do cerceamento das liberdades básicas de um Estado democrático — afirmou Ferraço.

Na mesma reunião, foram lidos pareceres sobre quatro mensagens presidenciais contendo indicações de embaixadores para Eslovênia, Tonga, Burkina Fasso e Laos.

### Chanceler e dois embaixadores falarão sobre a crise na Crimeia

A invasão da Crimeia por tropas leais a Moscou e a anexação à Rússia levaram a Comissão de Relações Exteriores (CRE) a aprovar convites para debate ao ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, e aos embaixadores no Brasil da Ucrânia, Rostyslav Tronenko, e da Federação Russa, Sergey Akopov.

— Até aqui o Brasil não se posicionou sobre o assunto — disse Ricardo Ferraço (PMDB-ES), presidente da CRE e autor dos requerimentos.

Cyro Miranda (PSDB-GO) sugeriu que a discricção do governo brasileiro talvez se deva à realização em Fortaleza, logo após a Copa do Mundo, de uma reunião do Brics — grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Luiz Henrique (PMDB-SC) anunciou ter recebido mensagem eletrônica da comunidade de 500 mil descendentes de ucranianos no Brasil, pedindo que a CRE envie ao Ministério das Relações Exteriores uma moção para que o Brasil seja protagonista na tentativa de evitar conflito armado. Francisco Dornelles (PP-RJ) sugeriu que a CRE ouça o ministro brasileiro e só depois decida sobre a moção sugerida. Ana Amélia (PP-RS) concordou com o debate.



Senadores querem ouvir Luiz Alberto Figueiredo

## Jorge Viana recebe comitiva de senadores da Áustria

O vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), recebeu ontem uma delegação do Senado da Áustria. Formada por Michael Lampel (presidente), Harald Himmer (vice), Reinhard Todt, Monika Mühlwert e Marco Schreuder, a delegação foi acompanhada por Marianne Feldmann, embaixadora da Áustria no Brasil.

Participaram do encontro a senadora Ana Amélia (PP-RS) e o senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

Os parlamentares conversaram sobre as particularidades das duas Casas legislativas, principalmente quanto à participação feminina.

Jorge Viana contou aos visitantes que o Senado faz parte, desde ontem, de uma campanha institucional do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) chamada Mais Mulher

na Política, para estimular a participação feminina nesse segmento.

Outros temas tratados foram energia eólica e solar, além do conflito entre Ucrânia e Rússia — uma vez que 60% do gás utilizado na Áustria é fornecido pela Rússia.

Os austríacos enfatizaram a posição firme do país no combate à produção de energia nuclear no mundo. Os brasileiros explicaram que o Congresso analisa proposta que suspende por 30 anos a construção de novas centrais nucleares.

Após trocarem impressões sobre a crise na Venezuela, os parlamentares combinaram um encontro virtual para discutir a criação do Políticos sem Fronteiras, fórum sugerido por Cristovam destinado ao debate de temas que afetem o mundo inteiro.



Vice-presidente do Senado, Jorge Viana conversa com senadores austríacos

### Braga exalta avanço de texto que prorroga a Zona Franca

Eduardo Braga (PMDB-AM) comemorou ontem a aprovação, pela Câmara, de proposta de emenda à Constituição que prorroga por mais 50 anos os incentivos fiscais concedidos às indústrias da Zona Franca de Manaus. O texto precisa ser aprovado outra vez pelos deputados para depois ir à votação no Senado. Segundo o senador, o prazo original, que venceria em 2023, é insuficiente para dar segurança aos investimentos no Polo Industrial de Manaus.

— A implantação do polo industrial ocorre conservando-se a Floresta Amazônica. Trata-se de um desafio aplaudido pela comunidade internacional — afirmou.



Para Eduardo Braga, prazo de mais 50 anos viabiliza investimentos

### Suplicy destaca show de Joan Baez no país, 33 após proibição

Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que o Brasil vive um momento especial esta semana: a cantora Joan Baez fará um show em São Paulo, 33 anos após ter sido proibida de cantar no país pelo regime militar.

O senador disse que a cantora foi um dos principais nomes da luta contra a violência nos anos 60, 70 e 80 e volta agora num momento em que o país vive democraticamente.

Segundo Suplicy, quase 30 anos após o fim da ditadura, o Brasil ainda luta para resgatar o tempo perdido sob o comando dos militares e melhorar as instituições democráticas.



Eduardo Suplicy diz que cantora foi destaque no combate à violência